

Antonio Carlos Porto Araujo*

Algumas correntes de pensamento, sobretudo nos países desenvolvidos, entendem que as mudanças climáticas globais atingirão todos os países, mas em especial os mais pobres, com repercussões importantes em regiões menos desenvolvidas. Sob vários aspectos macroeconômicos e ambientais, é preciso ter cuidado se fazer tal afirmação de modo categórico. Na verdade, as nações ricas mantêm um modelo de desenvolvimento já aceito culturalmente, com as externalidades sociais adquiridas durante mais de um século. Mudança estrutural nesse momento implicaria surpresas e alterações significativas no status quo de suas populações.

As mudanças em modelo produtivo alteram toda a previsibilidade econômica de lucros nos setores de produção, com impactos importantes socialmente. As adaptações à nova realidade climática significam alteração no fluxo de despesa e consumo, devendo criar, inclusive, mais inseguranças quanto ao fornecimento e oferta de bens em geral e produtos de alimentação.

Ao mesmo tempo, os países ricos, sobretudo da União Europeia, não possuem áreas suficientes para expansão de suas fronteiras agrícolas e produção de energia. Além disso, em seus mercados a mão-de-obra é mais valorizada e melhor remunerada, sendo natural uma transferência de parte da produção e serviços para nações emergentes ou em desenvolvimento, como se verifica, de modo mais acentuado, com a China. Prevê-se, em consequência, maior ingresso de recursos financeiros nessas economias.

Enquanto isso, os países pobres já sofrem um histórico de dificuldades socioeconômicas seriíssimas, com muito pouca margem para perdas maiores provocadas pelas alterações climáticas. Nesse sentido, podem ser os novos protagonistas de desenvolvimento e suprimento de energia e alimentos para o mundo.

Como se considerava até muito pouco tempo atrás que os recursos naturais eram ilimitados, não eram incorporados nos preços dos produtos a valoração do meio ambiente e a limitação de recursos naturais na formação de preço e custos dos produtos e serviços. Com essa recente aplicação da contabilidade ambiental, esse fator passa a ter uma importância melhor mensurada, implicando a percepção de que há melhor custo de oportunidade e racionalidade econômica para que inovações tecnológicas na produção de alimentos e energia sejam aplicadas nesses países até agora menos favorecidos. Nesses termos, outras correntes de pensamento analisam maiores oportunidades de crescimento e desenvolvimento, com aproveitamento social, para as nações pobres, neste momento em que o mundo se dá conta da nova onda de aquecimento global.

*Antonio Carlos Porto Araujo é consultor de energia renovável e sustentabilidade da Trevisan.
E-mail: antonio.araujo@agrociclo.com.br